

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41335	54316/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 18/12/2025
HASH: 727afaeef1a2803776c4ee6e9c031f9



DECISÃO

Processo: 16585/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Informação prévia qualificada - #G0147#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Face ao exposto na informação técnica anexa, propõe-se:

A emissão de informação prévia favorável condicionado ao cumprimento do teor do parecer da Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia – Unidade de Arqueologia mencionado no ponto 3.2.1.A presente informação prévia favorável tem por efeito a isenção de controlo prévio da operação urbanística em causa, de acordo com o disposto na alínea h) do n.º 1 do Artigo n.º 6 do RJUE, na versão atualizada pelo DL 10/2024, de 27 de fevereiro, mas advertindo-se para a necessidade do promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunicarem, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º 5, do Código Regulamentar do Município de Braga).

A operação urbanística deverá ser iniciada no prazo de dois anos após a decisão favorável do pedido de informação prévia e acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que respeita o conteúdo, os termos e as condições da informação prévia favorável, de acordo com o disposto no n.º 5 do Artigo 17.º, do RJUE, na versão atualizada pelo DL 10/2024, de 27 de fevereiro.

Após despacho dever-se-á comunicar o teor da presente informação técnica ao requerente e pareceres da CCDR Norte I.P. – Unidade de Cultura e da Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia – Unidade de Arqueologia.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/41002 de 15 de Dezembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Emita-se informação prévia qualificada favorável sobre a operação urbanística apresentada ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem, de acordo com o Anexo XVIII, da Portaria n.º 71-B/2024, de 27 de fevereiro.

A realização da operação urbanística em questão ficará isenta de controlo prévio, conforme estipulado pelo n.º 2 do artigo 17.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos



- A 12/12/2025,
Técnica: "Subcrevo"

na qualidade de Chefe Divisão de Apreciação

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

